

Relações entre campo e cidade: vivências e significados atribuídos à reforma agrária nos anos de 1970-1980*

Luciana Lilian de Miranda[©] - UFU

O período de esgotamento da fase expansionista do crédito rural, principal combustível da política agrícola implementada pelos governos militares, deve ser entendido a partir da crise econômica e política vivenciada pelo país no final da década de 1970.

Em maio (1978), era a classe operária que imprimia a sua marca no rumo dos acontecimentos com a greve do ABC (SP), que logo iria proliferar, desdobrando-se num movimento impetuoso que se estendeu a um sem-número de categorias e que somente dois anos mais tarde seria domado. Finalmente esse figurante incômodo, não convidado, entrava em cena e ocupava o seu lugar. 'Braços cruzados, máquinas paradas'...¹.

Todas essas manifestações de descontentamento com o governo militar apontavam para a decomposição do pacto de dominação. Setores da burguesia acenavam para a retirada de seu apoio ao regime militar e, simultaneamente, as forças populares reafirmavam-se enquanto oposição ao governo e reconquistavam o seu espaço político.

Nesse momento, o regime autoritário começava a ser questionado e criticado com maior intensidade. O governo militar, em 1964, comprometeu-se em conter a inflação, acabar com a corrupção, desestatizar, diminuir as desigualdades, promover o crescimento e controlar a dívida externa. Contudo, a partir da segunda metade dos anos de 1970, o país enfrentava um endividamento externo e interno, ao lado do aumento das taxas inflacionárias e da corrupção pública.

Segundo Oliveira e Montezano, o processo de crise desencadeado no nesse período, os depósitos à vista dos bancos comerciais diminuiriam expressivamente, comprometendo o percentual de investimentos em financiamento agrícola. Essa fonte de recurso compulsória, quando criada em 1967, representava 23% dos recursos direcionados ao o crédito rural, entretanto, no início dos anos de 1980 esse montante caiu para 7%².

Dessa forma, as possibilidades de captação de investimentos em prol das atividades agrícolas foram atingidas, onerando as fontes governamentais de empréstimos ao campo.

* Nesse texto busco retomar algumas questões presentes no terceiro capítulo da minha dissertação de mestrado; *Adeus ao "Jéca Tatu": proprietários rurais de Uberlândia, MG, vivenciando a política agrícola modernizadora, 1960-1985*. Defendida no 1º semestre de 2003, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

[©] Professora substituta do Instituto de História da UFU. E-mail: mirandahist@yahoo.com.br.

¹ Cf., Sebastião C. Velasco e Cruz e Carlos Estevan Martins. "De Castelo a Figueiredo: uma Incursão na Pré-História da 'Abertura' ". In: Bernardo Sorj e Maria Herminia T. de Almeida (org.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983, p. 59.

² OLIVEIRA, João do Carmo e MONTEZANO, Roberto Marcos da S. "Os Limites das Fontes de Financiamento à Agricultura no Brasil". In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE - USP), Agosto/1982, p. 147.

Depois de, aproximadamente, 10 anos de crédito “farto e barato”, beneficiando especialmente os grandes e médios proprietários rurais, a situação seria inversa nos anos de 1980: financiamentos caros e escassos³.

É importante esclarecer que a diminuição dos recursos não prejudicou apenas os agricultores, mas comprometeu também o setor agroindustrial, que se associou ao projeto de modernização agrícola desde o seu início.

Nesse sentido, Delgado analisou como o corte de verbas destinado a cada modalidade de crédito atingiu um ramo específico do complexo agroindustrial. Por exemplo, a retração dos recursos vinculados ao crédito de investimentos, entre 1977 a 79, afetou os segmentos industriais de veículos, tratores, máquinas, equipamentos de beneficiamento, implementos e depósitos de armazenagem. Com menor intensidade, prejudicou os investimentos ligados à compra de bens de capital do próprio setor agropecuário: irrigação e açudagem, formação de culturas perenes, de pastagens e melhoramentos na exploração⁴.

No que se refere ao crédito de comercialização, a queda também foi grande. Segundo Miura: *“Este crédito tem como propósito facilitar aos produtores rurais ou suas cooperativas a positiva colocação de seus produtos no mercado. Assim, o mesmo tem uma importância fundamental no processo de comercialização dos produtos agrícolas”*⁵.

Sendo assim, de acordo com Delgado, essa diminuição comprometeu os interesses agroindustriais vinculados às linhas de financiamento da política de preços mínimos (compreendia mais de 40% do crédito de comercialização) e de empréstimos para beneficiamento, tais como: as agroindústrias de oleaginosas, açúcar, torrefação de café e moagem de trigo, frigoríficos, laticínios, granjas e etc⁶.

O crédito para custeio da produção, que representa o capital de curto prazo das atividades rurais, foi a última modalidade a sofrer com o esgotamento do crédito “farto e barato”. Nesse sentido, as indústrias que abasteciam o setor rural com fertilizantes e defensivos químicos, combustíveis, rações e concentrados, sementes e mudas foram diretamente afetadas⁷.

A partir disso, podemos perceber como a política de crédito rural era o principal suporte do projeto de modernização do campo e, principalmente, como o complexo agroindustrial beneficiou-se com o período de expansão dos financiamentos e, conseqüentemente, foi atingido pela crise do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural).

³ Cf., por exemplo, “Final do subsídio agrícola para os médios e grandes produtores”, *Correio de Uberlândia*. Ano 45, nº 13.489, 12/10/1982, p. 02. “Crédito rural está sendo estudado pela agricultura”, *Correio de Uberlândia*. Ano XLVII, nº 13.865, 14/04/1984, p. 11.

⁴ Cf., Guilherme da Costa Delgado. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil, 1965-1985*. Campinas/SP: Ícone/UNICAMP, 1985, p. 82.

⁵ MIURA, Yuko. *Análise e Crítica da Política de Estímulos à Agricultura*. São Paulo: FEA/USP, 1983 (dissertação de Mestrado), p.74.

⁶ DELGADO, Guilherme da Costa. Op. cit., pp. 85-87.

⁷ Ibid., pp. 88-90.

Nos anos de 1980, percebemos algumas mudanças significativas nas propagandas governamentais⁸, pois as mensagens passaram a ganhar novos conteúdos deslocando o discurso modernizador da década anterior.

Em 1979, nos deparamos com uma reportagem em que o sr. Delfim Neto, indicado para o Ministério da Agricultura, solicitava o uso de tecnologias antigas, como o trator a gasogênio, para que o homem do campo pudesse driblar os efeitos da crise do petróleo. O, então, ministro destacava a necessidade de se produzir mais, pois considerava vexatória a situação de se continuar importando arroz, feijão e carne⁹. No mesmo ano, apareceram matérias denunciando o elevado custo de vida enfrentado pela sociedade brasileira, principalmente, no que se referia aos altos preços dos alimentos básicos¹⁰.

O discurso governamental, nesse momento, começou a enfatizar o problema da baixa produtividade de gêneros alimentícios, questionando os elevados investimentos aplicados na importação de tais produtos nos anos anteriores. O principal objetivo do governo era o de sensibilizar o pequeno e médio produtor rural, reconhecido como o responsável pela geração de alimentos.

Os incentivos oferecidos pelo Ministro da Agricultura, Amaury Stabile, voltavam-se para o desenvolvimento de mais pesquisas em torno de sementes de boa qualidade via Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias), disponibilizando-as a preços acessíveis ao agricultor. Garantia-se, ainda, a compra dos excedentes agrícolas pelo governo¹¹.

Como a retórica oficial passou a priorizar o pequeno e médio agricultor, o uso da tecnologia foi repensado de acordo com a realidade dos mesmos. Ou seja, apostava-se na disseminação de uma técnica mais barata e, ao mesmo tempo, eficiente para aumentar os índices de produtividade. Os “homens de confiança do presidente”, nesse momento, eram representados pelos agricultores simples, prontos para usar qualquer tipo de recurso para produzir.

Nas declarações ministeriais, a agricultura passou a ser o principal setor de investimentos públicos. Falava-se no “*redirecionamento da poupança nacional da cidade para o campo*”¹², com o intuito de se estabelecer uma correção da distorção urbana. Essa distorção era entendida como a tendência das políticas econômicas em privilegiar o setor

⁸ Conferir, “Os homens de confiança do Presidente”, *Correio de Uberlândia*, ano XLIII, nº 12.951, 13/08/1980, p. 02.

⁹ “Delfim Neto quer voltar ao passado na técnica agrícola”, *Correio de Uberlândia*. Ano XLII, nº 12.686, 21-22/07/1979, p. 05. Obs.: gasogênio é um gás combustível usado como substituto de produtos a base de petróleo.

¹⁰ Cf., por exemplo, “Bolsa do povo não está suportando o elevado custo de vida”, *Correio de Uberlândia*. Ano XLII, nº 12.735, 04/10/1979, p. 08.

¹¹ “Na terra está a solução para o problema dos alimentos”, *Correio de Uberlândia*. Ano XLII, nº 12.814, 26-27/01/1980, p. 01. Obs.: nesse ano ocorreu a substituição do Ministro Delfim Neto por Amaury Stabile, pois o primeiro passou a ocupar a Pasta de Planejamento.

¹² “Figueiredo para Delfim: ‘Encha as panelas dos pobres’”, *Correio de Uberlândia*. Ano XLI, nº 12.564, 25/01/1979, p. 07.

urbano-industrial, deixando o agrícola em segundo plano. Isso ocorreria em vários países, assim como no Brasil¹³.

As mudanças propostas pelo Governo Figueiredo, no que se referia à política agrícola, eram no âmbito do crédito rural, dos preços mínimos, do seguro rural e no sistema fiscal. Visava-se estimular o aumento da produção para gerar uma maior oferta de empregos no campo e de alimentos nas cidades, buscando, ainda, promover um equilíbrio na balança de pagamentos¹⁴.

Nesse sentido, considerava-se que estava sendo proposto um modelo agrícola real para o Brasil, pois segundo o sr. Delfim Neto: “- *reforma agrária era para economistas desocupados se divertirem*”¹⁵. Esse porta voz do governo em questão, afirmava que seria aplicada uma rigorosa cobrança do imposto territorial para se combater as terras ociosas. Dizia, também, que o agricultor não seria mais tratado como um mero fator de produção, mas “*como um parceiro responsável pela promoção do bem estar social*”¹⁶.

Três meses após esse pronunciamento, o Ministro Delfim Neto mostrava-se mais cauteloso nas suas declarações a respeito de um modelo nacional de reforma agrária, o qual para ele poderia ser pensado a longo prazo, mas nunca a curto¹⁷. A questão principal é compreendermos o porquê desse tom mais conciliador ao tratar desse tema.

No decorrer dos anos de 1960, acompanhamos como a proposta de reforma agrária, amparada no Estatuto da Terra¹⁸, foi sendo “esquecida” e substituída pelos projetos governamentais de colonização do Norte do país, principalmente, no início dos anos de 1970.

Graziano da Silva, no entanto, destacou que apesar do contexto repressivo do Governo Médici, o movimento sindical rural conseguiu realizar um congresso nacional em 1973. Neste II Congresso da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)¹⁹ defendia-se a antiga bandeira de luta do movimento: a reforma agrária.

¹³ “Uma gota de política... A estratégia do 5º governo”, *Correio de Uberlândia*. Ano XLII, nº 12.573, 07/02/1979, p. 07.

¹⁴ “Figueiredo para Delfim: ‘Encha as panelas dos pobres’”, op. cit.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ “Reforma Agrária a curto prazo”, *Correio de Uberlândia*. Ano XLII, nº 12.615, 07-08/04/1979, p. 04.

¹⁸ O Estatuto da Terra foi aprovado em 1964, no Governo Castelo Branco. Tratava-se de uma legislação que possibilitava uma verdadeira intervenção na estrutura agrária brasileira, caso fosse colocada em prática. As propriedades mais sujeitas à desapropriação por interesse social, segundo o Estatuto da Terra, eram: os latifúndios por exploração e por dimensão, as áreas beneficiadas por obras públicas de vulto, imóveis em que os proprietários não conservassem os recursos naturais, aqueles com elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros, extensões de terra destinadas à colonização e áreas com uso inadequado à sua vocação. No entanto, o Estatuto também previa a desapropriação de minifúndios pelo Estado, quando fosse necessária uma aglutinação de terras em determinado local. VEIGA, José Eli. *O que é Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 25.

¹⁹ Segundo Ariovaldo U. de Oliveira, o surgimento da CONTAG em 1963, teria sido fruto da luta política presente no campo nesse período. De um lado, havia a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, vinculada ao PCB e, de outro, as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião. “...A CONTAG foi reconhecida legalmente em 31 de janeiro de 1964, pelo Decreto nº 53.517 do então presidente da república João Goulart como ‘entidade sindical de grau superior e coordenadora dos interesses profissionais dos trabalhadores na agricultura, pecuária e similares, produção extrativa rural, bem como dos trabalhadores autônomos e

Reivindicava-se o cumprimento do Estatuto da Terra, apontando a redistribuição de terras como um passo fundamental no combate aos problemas do campo. “*O sonho do milagre estava no fim: o bolo crescera mas nunca chegava a hora de dividi-lo*”²⁰.

No decorrer da década de 1970, os problemas de miséria no campo e nas cidades iriam se agravar. Em 1980, os conflitos pela posse da terra voltariam a ganhar maior visibilidade. Em fevereiro desse ano, o presidente Figueiredo enviou um grupo integrado por membros do Conselho de Segurança Nacional, do INCRA e do Ministério da Justiça, para estudar os problemas gerados pela disputa em torno da terra na região de Conceição do Araguaia, no Pará. Oficialmente, visava-se promover uma análise para se efetuar a desapropriação de terras na região, buscando uma solução para amenizar os conflitos sociais presentes no local²¹.

Em vários momentos os governos militares procederam dessa forma, tratando a violência e mortes geradas pela concentração fundiária brasileira como uma questão localizada. Os projetos de colonização das áreas despovoadas da região norte na década anterior acabaram beneficiando a iniciativa privada e, ao mesmo tempo, fornecendo uma argumentação para o adiamento de um amplo processo de reforma agrária no país.

O discurso oficial de colonização da Amazônia, pautado na implantação de projetos de assentamentos de famílias, especialmente de pequenos agricultores seria distorcido, ocorrendo a venda de extensas áreas ao capital privado, constituído por grupos empresariais das regiões Sul e Sudeste²². Certamente, esse fato estaria vinculado aos desdobramentos seguintes, ou seja, aos intensos conflitos entre posseiros e aqueles que se diziam proprietários das terras ocupadas.

De acordo com Abramovay, diante da extensão assumida pelos conflitos de terras nessa região, o governo Figueiredo interviu criando o GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) e o GEBAM (Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas). Essas organizações eram controladas pelo Conselho de Segurança Nacional, tendo como objetivo promover a “regularização fundiária” no local.

Para o autor, pretendia-se, dessa forma, impedir que o fluxo de migração rumo ao Araguaia-Tocantins continuasse, reconhecendo posses de agricultores na região e

pequenos proprietários em todo território nacional’ ”. In: *A Geografia das Lutas no Campo*. São Paulo: Contexto, 1988, pp. 77-78. Obs.: Ao consultar o site da CONTAG (<http://www.contag.org.br/>), em 10/03/2003, obtivemos a informação em *Congressos*, de que o I Congresso Nacional teria sido realizado em 1966. Foi convocado na época em que a entidade, ainda, se encontrava sob intervenção do Ministério do Trabalho.

²⁰ GRAZIANO DA SILVA, José. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 45-46.

²¹ “Reforma Agrária no Araguaia”, *Correio de Uberlândia*. Ano XLII, nº 12.831, 21/02/1980, p. 02. Cf., ainda, “Conflito de terras mata mais um no Araguaia”, *Correio de Uberlândia*. Ano 46, nº 13.368, 20/04/1982, p. 05.

²² Para aprofundar essa discussão conferir; MARTINS, José de Souza. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984. Cf., também, “Colonos de Minas também vão á Trans”, *Correio de Uberlândia*. Ano XXXV, nº 11.298, 03/08/1971, p. 08. “Opinião ... Colonização da Amazônia”, *Correio de Uberlândia*. Ano XXXVI, nº 11.922, 21/12/1972, p. 02.

garantindo a legitimação das grandes propriedades formadas por meio da política de incentivos federais. Não se tratava, portanto, de desapropriar terras para redistribuí-las, mas de assegurar os investimentos realizados pelo capital privado. Em 1982, criou-se ainda o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, apontando para o reconhecimento do grau de tensão e violência a que tinha chegado a luta pela terra em todo o país²³.

Segundo Graziano, o crescimento dos conflitos pela terra, os quais eclodiam quase sempre à margem dos sindicatos e com encaminhamentos distantes dos interesses dos trabalhadores rurais, levou a CONTAG a assumir uma posição mais incisiva, passando-se do “pedir” para o “exigir”. Nesse sentido, promoveu-se o III Congresso da entidade, em maio de 1979.

O autor destaca que esse congresso seria um catalisador das lutas que vinham se desenvolvendo no campo brasileiro e das novas forças que começavam a se fortalecer no seio do movimento sindical, num clima de promessa de abertura política²⁴.

Diante dessa postura mais combativa assumida pelo movimento trabalhista rural, a bandeira da reforma agrária foi reiterada como reivindicação fundamental. Ao lado disso, o Estatuto da Terra deixava de ser visto como um fim em si mesmo, para ser considerado um ponto de partida.

A CONTAG apoiou estratégias práticas de resistência centradas na valorização das iniciativas dos trabalhadores, demarcando a sua mudança de postura. Dessa forma, orientou-se as lideranças mais próximas aos posseiros e parceiros, no sentido de os mobilizar para que pudessem resistir às pressões permanecendo nas terras em que se encontravam, em busca da titulação e da sua redistribuição. Deliberou-se, ainda, que o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais assumisse o compromisso de organizar os trabalhadores a ocuparem terras improdutivas, fixando residência e tornando-as produtivas²⁵.

Dentro desse contexto de posicionamento mais incisivo das entidades que representavam os trabalhadores rurais, é possível compreender melhor a mudança de tom do discurso governamental, assim como, a atenção especial dada ao pequeno agricultor nas propagandas e pronunciamentos oficiais.

Para que possamos compreender melhor a situação enfrentada pela população rural no contexto dos anos de 1980, seria interessante que refletíssemos sobre a opinião esboçada em um artigo publicado no jornal pesquisado:

Fato é que, volvidos 16 anos, o problema social nos campos volta a fermentar. Os grandes projetos agrícolas do governo favorecem a tendência de libertação de mão-de-obra - pois implicam em

²³ ABRAMOVAY, Ricardo. “O Velho Poder dos Barões da Terra”. In: KOUTZII, Flávio (org.). *República um balanço*. São Paulo, 1986, p. 213.

²⁴ GRAZIANO DA SILVA, José. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*, op. cit., p. 47.

²⁵ Ibid., p. 49.

*mecanização da lavoura - e é crescente o número de desempregados rurais dispostos a tentarem a sorte na cidade, engrossando o contingente de migrantes. A tendência à formação de latifúndios não foi contida. Antes, a grande propriedade encontra-se em expansão até em Estados como São Paulo*²⁶.

Segundo Graziano da Silva, até os anos 1950 e início dos 1960 havia um tipo de agricultura pautada nos vários complexos rurais. Eram grandes propriedades cuja dinâmica centrava-se em apenas um produto de valor comercial destinado à exportação. Nos períodos em que tal produto apresentava um preço satisfatório, os recursos da propriedade (homens, animais de trabalho, terras, etc.) voltavam-se somente para a produção do mesmo. Ao lado da atividade agrícola comercial, produzia-se no interior das fazendas alimentos para a subsistência da força de trabalho e equipamentos simples para a reprodução das condições materiais da unidade produtiva²⁷.

O projeto modernizador implantado pelos governos militares, sustentado pela política de crédito rural discriminatória, contribuiu decisivamente para a transformação desses complexos rurais nos denominados complexos agroindustriais:

*Antes a agricultura produzia os seu próprios adubos. Hoje [1988], esses adubos são adquiridos de fora; antes, a agricultura criava os seus próprios animais de tração, hoje esses animais de tração foram substituídos pelos tratores. Então, é como se da agricultura daquele complexo rural fossem saindo partes dele e formando ramo da indústria que depois ligam novamente esses ramos da indústria, formando os complexos agroindustriais. Hoje a gente fala do complexo da soja, do complexo do álcool ou complexo canavieiro, enfim, vários complexos*²⁸.

Esse processo de transformação das relações sociais de produção no campo, ao longo dos anos 60 e 70, teve como “marcas” principais a desigualdade e a exclusão. A maioria dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais foram perdendo as suas posições nessa disputada corrida capitalista. Os grandes proprietários, que assumiram a largada nessa corrida, puderam adquirir máquinas e produtos químicos e, dessa forma, dispensar muitos trabalhadores. O pequeno agricultor teve acesso restrito aos financiamentos rurais e às técnicas modernas de produção. Uma parte desses agricultores conseguiu manter o seu “sitiozinho” de forma precária, muitas vezes prestando serviços em outras propriedades, ao passo que muitos outros tiveram que vender a sua terra para buscar novas formas de sobrevivência.

O artigo citado anteriormente, toca em duas questões fundamentais que constituíram os elevados custos sociais gestados pela modernização da agricultura brasileira: a intensificação da migração rural-urbana e da concentração da estrutura fundiária. As dificuldades de acesso à terra e a marginalização provocada pela mudança das relações de

²⁶ BONADIO, Geraldo. “A explosão nos campos”, *Correio de Uberlândia*. Ano XLIII, nº 13.011, 06/11/1980, p. 02.

²⁷ GRAZIANO DA SILVA, José. “O Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro e a Reforma Agrária”. In: *A Questão Agrária Hoje*, op. cit., p. 137.

²⁸ *Ibid.*, p. 138.

produção geraram um movimento migratório intenso, com taxas superiores à oferta de empregos nas cidades.

Romeiro nos indica que a expansão da migração rural-urbana esteve vinculada ao processo excludente de modernização das relações produtivas e à ampliação das oportunidades de empregos nas cidades até o início dos anos de 1970, período de crescimento da economia nacional. No entanto, a partir da metade dessa década o contexto de crise econômica, política e social instaurado desencadearia o arrefecimento dessa oferta de empregos, impossibilitando uma acolhida satisfatória dessa população migrante pelo mercado de trabalho urbano²⁹.

Ariovaldo de Oliveira nos oferece uma importante contribuição para entendermos um outro viés do processo migratório. O autor afirma que os dados censitários dos anos 70 e 80 revelam que houve uma expansão das grandes propriedades, ao lado das pequenas que também aumentaram. Para ele, isso ocorreu pelo fato dos camponeses buscarem por meio da estrada, ou seja, do deslocamento para outras regiões, a recuperação das terras que lhes foram espoliadas:

O que vale dizer: a migração como necessidade da sua reprodução, a fração do território distante como alternativa para continuar camponês... Quando esta possibilidade de recuperar a fração do território perdido não pode ser realizada, ele encontra novas formas de luta para abrir acesso à terra camponesa onde ela se tornou capitalista³⁰.

O ressurgimento da proposta de reforma agrária deve ser compreendido dentro dessa realidade que se apresentava frente ao colapso da política modernizadora e os altos custos sociais gerados por esse projeto. Usamos a expressão ressurgir, no sentido de que a proposta de reforma agrária ganharia novamente um peso político significativo na sociedade brasileira, sem querer sugerir que ela tenha desaparecido em algum momento.

Nos anos 1980, a reforma agrária foi apresentada como uma medida necessária para solucionar problemas como: desemprego, miséria nas cidades inchadas pelo movimento migratório e a situação precária dos trabalhadores rurais. Nos anos de 1960 era vista também a partir da ótica do desenvolvimento capitalista. Lembremos que no final dos anos 50, a preocupação era com a baixa oferta de alimentos e de matérias-primas para abastecer o setor industrial, também, com o excesso de pessoas no campo. Propagava-se a mudança das relações produtivas no setor rural para que se pudesse dar prosseguimento à industrialização do país.

Para finalizar, gostaríamos de chamar a atenção para as dificuldades em se sobreviver da atividade rural nos dias atuais, dentro dessa estrutura de hegemonia dos complexos agroindustriais.

²⁹ ROMEIRO, Ademar Ribeiro. "A Reforma Agrária e Distribuição de Renda". In: STÉDILE, João Pedro (coord.). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, p. 127.

³⁰ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. "O Campo Brasileiro no final dos anos 80". In: *A Questão Agrária Hoje*, op. cit., p. 53.